



SPG20 Gênero, feminismos e política.

Disputas discursivas na mídia: A cobertura dos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação

Juliana Inez Luiz de Souza

Resumo

A pesquisa analisa as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística dos sites da Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação. Controvérsias relevantes por envolverem a busca por reconhecimento da diversidade e identidades. Assim como a mídia que, por um lado, reflete as controvérsias, mas por outro, atua sobre elas, compondo a esfera pública de disputas do jogo democrático. A pergunta central é: Como os enquadramentos nos sites dos jornais conotam o posicionamento destas instituições e as disputas discursivas a respeito das temáticas nos planos? Para respondê-la fizemos a Análise de Conteúdo das produções, como base para a Análise de Enquadramento na perspectiva cultural, que denominamos de Análise das Disputas Discursivas. Os dados e resultados forneceram uma amostra das disputas presentes na sociedade brasileira atual. Constatou-se que mesmo os conteúdos dos jornais expressando tensões entre a mobilização de discursos hegemônicos e novos enquadramentos de resistência, privilegiaram a visão contrária à inclusão das temáticas nos planos, destacando personagens, agentes e enquadres políticos ‘contrários’.

Palavras-chave: Disputa discursiva. Gênero. Diversidade Sexual. Educação. Enquadramento.

Introdução

A participação dos meios de comunicação na divulgação de informações, debate de opiniões, construção de vieses e enquadramentos, tem papel importante na possibilidade de mudar a realidade marcada por desigualdades. Ao apresentar as disputas pelo reconhecimento da diversidade e identidades na sociedade, a esfera pública midiática pode cumprir seu papel permitindo que a relação entre a comunicação, política e sociedade aconteçam. Não como uma instituição acima das interações sociais, mas como participante do jogo interativo de disputas discursivas – conflitos por poder inscritos nos recursos comunicacionais, que são mobilizados pelos diversos grupos para atingir suas metas –, em que parte reflete-o, e em parte atua sobre ele. Nesta lógica, a pesquisa tem como objeto as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística feita pela Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo em seus sites sobre as questões de gênero e diversidade sexual (DS) a partir dos planos de educação (PEs). Escolhido por ser um fenômeno político que aconteceu dentro e fora do Estado ao mobilizar mídia, sociedade e o processo de construção e aprovação de uma política pública. O intuito é debater questões de poder da luta por reconhecimento e identidade na educação por esta ser uma política de Estado relacionada ao desenvolvimento da sociedade “criando programas para diminuir os índices de pobreza, desigualdade e desemprego” (SILVA IB; SILVA EF, 2006, p. 21 e 22), na tentativa de minimizar e solucionar as exclusões sociais.

As disputas sobre as políticas de educação permeiam todo o histórico dos PEs com muitos conflitos entre a sociedade civil e a esfera política (SILVA IB; SILVA EF, 2006). Atualmente as maiores polêmicas recaíram sobre as questões de gênero e DS, a respeito de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas (LGBT¹) no ambiente escolar. Estas polêmicas ocuparam o centro das controvérsias midiáticas dos planos em vigência (Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Planos Estaduais e Municipais de Educação – PEEs e PMEs 2015/6-2025/6). Este acontecimento ganhou visibilidade no Brasil tornando-se um ‘evento notório’ e serviu para a escolha do objeto, possibilitando a coleta de uma significativa amostra de *frame* (VIMIEIRO, 2010). Nitidamente ocorreu uma polarização, alimentando a controvérsia entre os campos a favor e contra os temas, fenômeno que justifica e desvela a necessidade de estudos sobre o processo de disputas na esfera pública de reconhecimento da pluralidade da sociedade, sua interface com a mídia e a importância de serem pautados no sistema de ensino. A esfera pública midiática se oferece como ambiente privilegiado para observar as disputas discursivas e para análise da sua própria atuação no processo. Valorizar as imbricadas relações entre mídia, política e sociedade nos permite indicar o atual estágio das disputas discursivas sobre ‘gênero e diversidade’.

A pergunta que orienta a análise é: Como os enquadramentos nos sites dos jornais conotam as disputas discursivas a respeito das questões de gênero e DS nos PEs? A partir dela formulamos nosso objetivo geral de analisar os enquadramentos presentes na cobertura jornalística e de verificar as disputas discursivas a respeito das temáticas nos planos. Onde há tentativa de construção hegemônica há também resistência contra hegemônica, e como ambas as estratégias nos interessam, temos como objetivos específicos: (i) analisar os elementos das coberturas para verificar quais quadros e vieses foram mobilizadas pelos diferentes agentes e pelos próprios jornais; (ii) verificar como o enquadramento de cada periódico reflete e atua sobre as disputas, suas tensões e nuances; e (iii) comparar a postura dos jornais a respeito das disputas discursivas.

Para cumprir estes objetivos, fizemos a busca pelas produções dos dois jornais que traziam em seu conteúdo menção às temáticas nos PEs em vigência, chegando ao *corpus* de 29 produções da Folha de S.Paulo e 54 da Gazeta do Povo. Selecionamos, na busca de uma outra forma de analisar o poder, a análise de enquadramento com foco na perspectiva cultural e a teoria das dimensões relacionais do poder discursiva-

¹ A denominação desta população pela sigla LGBT foi aprovada na I Conferência Nacional GLBT de 2008. Para saber mais sobre o movimento LGBT ver SIMÕES; FACHINI, 2009.

hermenêutica e performática-pragmática (REED, 2014). Partimos da compreensão da esfera pública como espaço de disputa e de interação, e da mídia como ferramenta de visibilidade e discutibilidade destas na sociedade, para verificar as disputas discursivas presentes no ‘jogo democrático’ sobre as temáticas. Olhamos estas relações de poder presentes nas construções sociais narrativas e performáticas em disputa na sociedade e a análise dos dados nos levou a comprovação da hipótese de que a cobertura jornalística veiculada nos sites dos jornais, mesmo tendo posturas diferentes, privilegiaram a visão dos grupos contrários à inclusão das temáticas nos PEs. Os periódicos ao expressarem as disputas discursivas da esfera pública, de tensão entre a mobilização de discursos conservadores hegemônicos e novos enquadramentos de resistência, privilegiaram a visão contrária destacando personagens, agentes e enquadres políticos ‘contrários’.

Neste artigo apresentamos um recorte da pesquisa completa tendo como foco a análise empírica do fenômeno político estudado. Para isto, a próxima seção aborda a relação das questões de gênero e DS com a disputa de fronteira, da dicotomia público e privado, que marca a luta por reconhecimento e visibilidade da pluralidade de identidades na sociedade e suas pautas para a educação. Assim como o sintagma ‘ideologia de gênero’ criado por setores conservadores para barrar estes debates na sociedade e na educação. Na terceira estão os conceitos de disputa discursiva, dimensões relacionais do poder discursiva e performática, e da perspectiva culturas de análise de enquadramento, ferramenta metodológica escolhida para a Análise das Disputas Discursivas. A quarta seção apresenta os elementos identificados na análise de cada jornal, os resultados do confronto entre novos enquadramentos e normativos, e uma discussão dos achados. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Disputa de fronteiras na educação

As desigualdades no ambiente escolar suscitam a necessidade de novas compreensões da educação como parte da transformação da sociedade, para a superação das desigualdades sociais e do sistema de diferenciação e hierarquização das diferenças estabelecido pelas relações de poder hegemônicas. Bem como olhar a escola, como espaço de disputas permeados por relações de poder com conexões entre saber, identidade e poder; marcado por tensões e contradições onde tentativas de construções hegemônicas, se confrontam cotidianamente com resistências (SILVA, 2010).

Nessa perspectiva as questões de gênero² e DS³ foram pautadas no debate dos PEs em vigência nas etapas preparatórias e nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) de 2010 e 2014 gerando conflitos políticos e pedagógicos protagonizados de um lado pelos movimentos feministas, LGBT, setores da educação e outros movimentos sociais progressistas, e do outro por movimentos católicos, evangélicos e conservadores. Estas disputas explicitam as ações e reações aos temas o que marca a preocupação de pessoas que vem a relação dialética entre a concepção de sociedade e educação (FONTES, 2011), assim como o momento em que o sintagma ‘ideologia de gênero’ no viés conservador ganha destaque na esfera pública. Esta ‘ruidosa polêmica’ (BRASIL, 2014) abre espaço para novas compreensões da educação e da sua relação com a transformação da sociedade, ligada à questão da disputa de fronteira, marcada pela dicotomia entre público e privado e à denúncia de sua separação dada como natural. Os binários hierárquicos de sexo e gênero e sua sequência presumida de sexualidade oposicional repercutem na organização social de forma normativa sobre os espaços que podem e devem ser ocupados por cada pessoa relacionando-os aos atributos humanos.

O conceito de espaço público, em princípio não excludente, implica a adoção de um ponto de vista universal e homogeneidade que tem renegado ao espaço privado pessoas associadas ao corpo e ao sentimento (YOUNG, 2012). Esta divisão nos espaços permeados por relações de poder classifica as pessoas em quem está dentro ou fora de categorias estáveis, valorizando quem está em conformidade com os padrões de referência, consideradas normais, e excluindo as expressões desviantes, consideradas abjetas e inferiores (BUTLER, 2003; YOUNG, 2012). O ambiente educacional é uma destas representações por ser um espaço de disputa na luta por reconhecimento e visibilidade das identidades diversas que revela, em seus currículos e procedimentos pedagógicos, o vínculo com a visão hegemônica do androcentrismo e da heteronormatividade⁴. A pesquisa⁵ sobre diversidade na educação revela que diversos

² Compreendemos gênero como um termo conciso que se refere às construções sociais, históricas, culturais e políticas sobre e a relação entre os sexos, suas áreas estruturais e ideológicas, que expressa as desigualdades persistentes, diferença de experiências sociais, conexão da história com práticas presentes e aspectos relacionais usados para manter ou alterar a ordem social (BUTLER, 2003).

³ DS sintetiza as diferentes expressões de práticas e identidades sexuais – orientação sexual e/ou identidade de gênero (LIONÇO; DINIZ, 2008), abrangendo ainda todas as performances fora do regime sexual regulador como ação cultural/corporal de vários tipos, categorias re-significáveis e expansíveis que resistem ao binário e às restrições gramaticais substantivadoras do gênero (BUTLER, 2003).

⁴ Heteronormatividade são as exclusões baseadas na regulação binária da sexualidade, heterossexualidade compulsória, reprodutiva e médico-jurídica, que produz, institucionaliza e reitera a vivência heterossexual como a única natural e legítima de expressão, por meio de discursos, valores e práticas por diversas instâncias sociais de forma continuada e constante (JUNQUEIRA, 2011).

públicos “apresentam atitudes, crenças e valores percebidos que indicam que o preconceito é uma realidade nas escolas públicas brasileiras” (MEC, 2009, p. 352), o que se relaciona com os graves problemas persistentes das taxas de distorção sériedade, abandono e repetência. A homofobia⁶, “sexismo, heterossexismo, racismo e outras formas de preconceito e discriminação representam um problema educacional e afetam a qualidade da educação de todas as pessoas” (JUNQUEIRA, 2012, p. 494).

As pessoas que escapam à norma e a sequência sexo-gênero-sexualidade são tidas como ‘minorias’ e são colocadas à margem das preocupações da escola, da justiça e sociedade em geral (LOURO, 2009). Fato agravado em relação às pessoas trans, que enfrentam obstáculos para ter seu nome social respeitado, utilizar os banheiros correspondentes à sua identidade e preservar sua integridade física (PERES, 2009). Os regimes de controle e vigilância das normas de gênero também atingem mulheres (mesmo sendo a forma menos percebida na escola), demonstrando, entre outros fatores, os “processos sócio-históricos de interdição e silenciamento do feminino e da mulher, seu corpo e sua sexualidade” (JUNQUEIRA, 2010, p. 224). Questão presente no poder da linguagem de subordinar e excluir mulheres (BUTLER, 2003), como um dos mecanismos de reprodução e perpetuação da cultura do estupro⁷ e do estupro corretivo⁸.

Como problematização destas questões e caminho para sua superação, uma das pautas da disputa de fronteiras na educação é a representatividade relacionada aos processos políticos como termo operacional na busca por visibilidade e legitimidade das pessoas e grupos excluídos como sujeitos políticos. E ainda por sua função normativa de categorias, que através da linguagem, revela ou distorce o que é considerado como real e verdadeiro. Por isso há a busca de uma linguagem que promova a visibilidade política dessas pessoas em que “as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas

⁵ Pesquisa pioneira analisa preconceito e discriminação nas escolas públicas para gerar subsídios aos estudos relacionados à temáticas e avaliar ações globais para transformar as escolas em ambientes essenciais ao estímulo à diversidade e à mitigação do preconceito e da discriminação (MEC, 2009).

⁶ Homofobia é um grave problema social de “preconceitos, discriminação e violência contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade (...) seus dispositivos atuam (...) em processos heteronormalizadores de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização com os quais todos(as) somos permanentemente levados/as a nos confrontar” (JUNQUEIRA, 2011, p. 3 e 4).

⁷ Cultura do estupro é o fenômeno de normalização e legitimação da violência sexual contra mulheres, “a conduta não é assumida na perspectiva da criminalidade, mas como uma situação normal ou, no máximo, constrangedora (...) evoca a culpabilização das mulheres em caso de violência sexual: a agressão passa a ser responsabilidade delas, que a legitimariam a partir de suas decisões de como se vestir, se comunicar ou viver a sua vida, especialmente no campo sexual e afetivo” (ROST; VIEIRA, 2015, p. 262).

⁸ Estupros correcionais “são apenas alguns dos ‘corretivos’ aplicados especificamente contra as mulheres gays, baseados na crença de que o lesbianismo(sic) se originaria, naturalmente, da falta de contato heterossexual experimentada pelas vítimas de violência” (GOMES; FEHLBERG, 2014, p. 6). Em tais atos o estuprador “agiria como um pretense agente de normalização” (JUNQUEIRA, 2010, p. 225).

para que a representação possa ser expandida” (BUTLER, 2003, p. 18). Uma das formas para desconstruir a lógica das estruturas de poder que produzem e reprimem categorias que alegam representar com a ocultação e naturalização das operações políticas.

Na tramitação dos PEs o debate sobre representatividade esteve expresso na disputa pela inclusão dos termos e políticas sobre gênero e DS, como reconhecimento das especificidades necessárias a serem contempladas. A busca é pela quebra da invisibilidade das temáticas na escola, presentes na heterossexualidade presumida⁹ e no reconhecimento destes debates como questões de direitos humanos e de cidadania na livre expressão de gênero e do desejo (JUNQUEIRA, 2011). A disputa pela inclusão das temáticas entende que seu debate é uma forma de reconhecer, prevenir e combater a discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT na escola e na sociedade. Instrumento poderoso na construção de uma nova cultura de combate ao preconceito e à discriminação consolidadas nas escolas por políticas, diretrizes e estratégias de respeito à DS (AMARO, 2016). Mas, mesmo com todas as teorias e dados apresentados e utilizados nas argumentações, inclusive das agências de educação do governo, a disputa pela inclusão dos termos foi, em grande maioria, barrada por forças conservadoras.

Este movimento conservador organizado na denúncia destes debates na sociedade e principalmente na educação, combatem o que denominam de ‘ideologia de gênero’¹⁰. Termo considerado um sintagma por não tratar de um conceito acadêmico ou científico, sendo um *slogan* político baseado na inversão, como forma de “refutar as contribuições teóricas sobre gênero que consideram seu caráter histórico e cultural e não meramente biológico” (AMARO, 2016, p. 1). As primeiras aparições do sintagma estão em textos da igreja católica em meados de 1990 baseados em teorias antifeministas, “discursos sexistas e homofóbicos promovidos no campo do associacionismo pró-vida e das comunidades terapêuticas de cura gay” (JUNQUEIRA, 2016, p. 238)¹¹. Esse movimento reacionário antigênero transnacional possui estratégias políticas em comum, como o argumento de que esta ‘ideologia’ e seus defensores são financiados por

⁹ Prática que invisibiliza e silencia pessoas LGBT, a escola se nega a perceber e reconhecê-los dirigindo-se aos estudantes como se jamais existissem o que dificulta “a expressão e o reconhecimento das homossexualidades como maneiras legítimas de se viver” (JUNQUEIRA, 2010, p. 218)

¹⁰ O conceito sociológico de ideologia de gênero não é atual ou conservador, foi elaborado para “permitir identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos” (JUNQUEIRA, 2016, p. 230). São representações o machismo, sexismo, misoginia, homofobia e a polêmica ‘teoria/ideologia do *gender*’.

¹¹ A partir da Conferência Pequim+20 da ONU Mulheres em 1995, os movimentos católicos, pró-vida e família denunciam a teoria de gênero como “‘doutrinação neototalitária’, de raiz marxista e ateia, (...), camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade” (JUNQUEIRA, 2016, p. 232 e 233).

organizações internacionais e partidos de esquerda (SOUZA, 2014), e utilizam em debates e materiais científicos “uma perigosa, enganosa e ilegítima ‘teoria’/‘ideologia’, que, por meio de ‘manipulações linguísticas’, produziria a ‘colonização da natureza humana’” (JUNQUEIRA, 2016, p. 232). Outros pontos em comum são a defesa da família heterossexual e o direito das crianças a esse convívio; a defesa da vida (contra o aborto, pesquisas com célula tronco, etc) e a ofensiva contra o avanço de políticas sexuais na luta contra direitos já conquistados por mulheres e LGBT e sua ampliação (SOUZA, 2014). Ainda combatem a educação sexual argumentando que a prioridade do tema é da família defendendo uma escola não-ideológica, ‘sem gênero’ e ‘sem partido’.

No Brasil esta pauta passa a se organizar em 2004 com a defesa do Projeto Escola Sem Partido, movimento em defesa de uma escola sem interferências políticas, atacando currículos, a liberdade docente, “o pensamento crítico e a pluralidade como princípios democráticos” (AMARO, 2016, p. 1). Essa ofensiva ganhou destaque nas CONAEs, onde o sintagma se popularizou e difundiu em sites católicos e evangélicos, mostrando uma estratégia organizada para barrar as diretrizes que citavam os termos gênero, DS e sexualidade. O foco da derrubada diretriz esteve nos termos de DS, mesmo ela versando sobre desigualdades étnico-raciais e regionais. Sua retirada do PNE “oculta as desigualdades imperantes nas políticas de educação (...) [e] afeta diretamente os direitos básicos da população negra, indígena, de populações distantes dos grandes centros urbanos do País, de pessoas do campo, das mulheres e da população LGBT, pois invisibiliza a desigualdade histórica desses segmentos” (SOUZA, 2014, p. 196).

Os ataques se basearam em discursos religiosos de que “o rompimento dos padrões normativos das relações sociais de sexo e da sexualidade pelo feminismo é interpretado como uma ameaça contra o cristianismo e, por consequência, contra a sociedade” (SOUZA, 2014, p. 198). Assim como: i) discursos que associam as sexualidades dissonantes como práticas que levam à pedofilia; ii) discursos técnicos e científicos que evocavam explicações biológicas do sexo, da sexuação cerebral e da diferença sexual como “natural”; e iii) discursos jurídicos que afirmam que a ‘ideologia de gênero’, e termos como homofobia, são opressores, cerceiam a liberdade das pessoas se manifestarem e são privilégios fornecidos a estes grupos. Os segmentos conservadores da igreja católica e evangélicos utilizam para a ação político-religiosa redes sociais e lideranças com espaços na televisão e rádio como forma eficaz de transmitir e produzir sua mensagem. Na propagação desses discursos, cria-se um pânico moral contra as temáticas, como ameaças ao sistema educacional que estariam

relacionadas “ao projeto de deflagrar uma ‘revolução socialista’” (SOUZA, 2014, p. 200)¹². Mas também há conflitos nestes setores demonstrando que “dentro e fora das instituições as hegemonias são contestadas” (SOUZA, 2014, p. 202).

Após expostos os argumentos utilizados nas disputas discursivas, apresentamos na próxima seção as teorias, métodos e materiais elencados para a análise dos dados.

Disputas discursivas, dimensões relacionais do poder e análise de *frame*

Um dos recursos centrais do ‘jogo democrático’ do poder é o elemento discursivo, utilizado como forma de instaurar a dominação com legitimidade nas relações sociais. Nessa perspectiva, compreendemos as disputas discursivas como os conflitos por poder inscritos nos recursos comunicacionais, que são mobilizados pelos diversos grupos para atingir suas metas. As práticas discursivas mostram as relações entre poder e discurso, social e historicamente variáveis, constituindo e construindo a sociedade em várias dimensões: instituições, sujeitos e relações sociais (identidades e posições), sistemas de conhecimento e crença. A luta por hegemonia, baseada na sua instabilidade e temporalidade, vê nas práticas discursivas e processos comunicacionais (produção, distribuição, consumo, recepção e interpretação), a contribuição “para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais e assimétricas existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123 e 124).

Reed (2014) propõe a análise do poder com base nos mecanismos causais do mundo social, elencando três dimensões organizadas através do cruzamento entre as fontes e as dimensões do poder, e da interação das mesmas. Uma forma de tornar mais consistente a análise da conversão do ‘poder de’ em ‘poder sobre’ (SOUZA, 2016) como dimensões sujeitas a variações empíricas tal como funcionam no mundo (REED, 2014), denominadas como Relacional-realista, Discursiva-hermenêutica e Performática-pragmática. Seleccionamos as duas últimas como ferramentas conceituais de análise pela possibilidade de expandir a forma como o poder é estudado na Ciência Política.

A dimensão Discursiva-hermenêutica, afirma que o discurso e o sentido não estão apenas no nível estrutural de análise dos mecanismos sociais. Parte-se de uma concepção de poder horizontal, descentralizado e produtivo de subjetividades, que tem como par a resistência, e que vê no discurso a inscrição do empoderamento e da

¹² Remete ao período de desestabilização do governo Goulart (1962-1964), em que o pânico moral contra o comunismo foi acionado pela mídia, militares, empresários, latifundiários e Igrejas, como ameaça à nação, trazendo o ateísmo, destruindo a família, acabando com a propriedade privada etc (SOUZA, 2014).

dominação. O discurso é considerado um sistema de significações idiossincrático e arbitrário que deve ser contextualizado na multiplicidade de ações que entrelaçadas produzem as relações de poder (SOUZA, 2016). O objetivo é observar e inferir sobre a eficácia das formações discursivas “na medida em que está ‘inscrito nas’ significações e percepções, e (...) [como] criam ou dão forma a certos tipos de sujeito, reforçam certas noções hegemônicas e/ou naturalizam um conjunto particular de objetos sociais ou certas modalidades de relações sociais” (REED, 2014, p. 489). O discurso possibilita o controle das ações de uma pessoa ou grupo por outro, através de tipificações e construções nas quais estão imersos promovendo a disciplina (em escritas simbólicas ou falas repetidas) ou conferindo o *status* de natural, moralmente correto e inevitável (REED, 2014; SOUZA, 2016). Objetiva identificar como empoderamento e dominação derivam das formações discursivas e sua capacidade de distribuir vantagens e desvantagens entre sujeitos, que em parte, tem suas subjetividades produzidas por elas.

A dimensão Performática-pragmática pensa a ação social relacionada a ação e a intersubjetividade propostas pelo pragmatismo cultural e pela teoria dos atos de fala. Em resumo, a teoria dos atos de fala se ocupa em diferenciar analiticamente os aspectos da expressão e as dimensões que ajudam a distinguir diferentes atos de fala em: i) expressões constativas, avaliadas no que diz respeito à veracidade ou falsidade de sua proposição ou relato do mundo – aspecto locucionário (o que é dito); e ii) performativas, julgadas de acordo com sua eficácia como exitosas ou fracassadas, pertinentes ou impertinentes – aspectos ilocucionário (o que ocorre em se dizer algo) e perlocucionários (o que acontece por se ter dito algo) (REED, 2014). As expressões performativas são o cerne dessa visão entendidas como atos de poder (BUTLER, 2003) que produzem dominação e resistência, pois ao invés de apenas reproduzir eventos e relações de poder, podem criar poder social ao influenciar ações futuras. São ameaças, pronunciamentos, ou promessas, e funcionam como eventos autoexplicativos e autônomos que valorizam a capacidade reflexiva das pessoas na vida social e em situações conflituosas de interação. As ações são analisadas a partir das especificidades do evento estudado e de como contribuíram para controlar/coordenar ações futuras das pessoas ao transformar suas expectativas e emoções (REED, 2014) enfatizando a criatividade situacional e sequência temporal das ações. “Ter um bom senso de oportunidade, surpreender, manter o público envolvido e convencê-lo (...) [são ações eficazes] porque não são naturalizadas, escondidas” (REED, 2014, p. 475).

Esta investigação compreende o presente como permeado pelo passado e futuro, ao reproduzir hábitos obtidos (condicionamento) e ao romper estas limitações contendo as possibilidades futuras nas ações executadas (controle). A questão empírica para o poder performático é saber o grau em que impacta a ação, estudando interações sociais interpessoais no nível micro e as de nível macro no uso de metáforas dramáticas como eventos midiáticos ou grandes ‘dramas sociais’, em que é potencializado tornando um espetáculo público ou atraindo atenção (REED, 2014). Esta dimensão se aproxima especialmente do nosso objeto ao tratar de ações conflituosas que opõem nas falas grupos e pessoas entre ‘nós’ e ‘eles’ constituindo subjetividades com interdições, ameaças e revoluções (SOUZA, 2016). Ao combinar as duas dimensões podemos inferir sobre como as construções discursivas expressas nas disputas dos temas nos PEs criaram um espetáculo exposto pela mídia ao serem utilizadas performativamente.

Para viabilizar esta teoria elencamos a Análise de Enquadramento, corrente de estudos e pesquisas sobre debates de temas públicos que ganham expressão midiática (VIMIEIRO, 2010) analisando as relações entre comunicação e processos políticos. Vê os fenômenos sociais, como o modo pelo qual as pessoas analisam situações cotidianas, classificando e interpretando-as, a partir de um “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 189). *Frames* são instrumentos de poder utilizados pelos meios de comunicação como forma de prover ao público um modo de compreender a realidade, ao escolher abordar os assuntos por uma perspectiva, deixando outras de fora, organizando o discurso com práticas de seleção, ênfase, exclusão, etc., que constroem uma interpretação dos fatos (PORTO, 2002).

Entre diversas teorias de enquadramento midiático, optamos pela perspectiva cultural por permitir olhar seus sentidos compartilhados socialmente além de fazer apenas análises de estruturação da informação. Vemos os *frames* midiáticos como princípios organizadores de forças sociais e do poder político, que são “fruto das dinâmicas sociais, do ‘jogo’ discursivo em que se envolvem os atores sociais para a construção da realidade social (...) [que] precisam ser analisados tendo em vista essa dinâmica que se estabelece entre os meios e a vida social” (VIMIEIRO, 2010, p. 66). Ao entendê-los como construções culturais, buscamos as relações sociais e interpretações coletivas associadas às realidades vivenciadas dos grupos que estão em disputa na sociedade, acionadas em determinados contextos onde a comunicação acontece. A dimensão cultural é essencial para analisar os conflitos por hegemonia e as

resistências contra hegemônicas e, portanto, fundamental em nossa análise das disputas discursivas para (SOUZA, 2016). Seja por apresentar *frames* normativos conservadores, ou as relações de poder envolvendo atrizes e atores em busca de reconhecimento.

Ressaltamos que priorizamos as disputas discursivas e não a recepção das mensagens, e por isso, propomos a Análise das Disputas Discursivas com o objetivo de destacar as lutas por hegemonia e resistências, verificando que o *frame* funciona normativamente, mas também questiona este padrão (BUTLER, 2016), mobilizando a dimensão discursiva e performática do poder (SOUZA, 2016). Utilizamos a Análise de Conteúdo para classificar e categorizar o conteúdo seguindo as etapas sugeridas por Bardin (1995) de pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. Na pré-análise fizemos a busca pelas produções dos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo que traziam em seu conteúdo menção ao debate da inclusão de gênero e DS nos PEs em vigência. A Folha foi escolhida pela magnitude do seu público, jornal com maior circulação digital no Brasil, considerado um *quality paper* (MIGUEL; COUTINHO, 2007), e a Gazeta por ter a maior circulação no Paraná e a segunda da região sul (ANJ, 2016). A opção por estes jornais se justifica, pois “as histórias tendem a se espalhar verticalmente (...) com editores em nível regional frequentemente se submetendo a esses jornais de ‘elite’ (...) que estabelecem a agenda midiática” (VIMIEIRO, 2010, p. 89). Outro fator importante foi a diversidade de posturas tendo a Folha perfil liberal (FOLHA DE S.PAULO, 2007) e a Gazeta posição conservadora (MARTINS, 2016).

Organizamos os resultados e passamos à exploração do material verificando se i) era material jornalístico; ii) tratava das questões nos PEs; e iii) excluindo resultados iguais. Chegamos ao *corpus* formado por 29 produções da Folha de S.Paulo – três artigos de opinião, duas colunas, uma entrevista e 23 notícias; e 54 da Gazeta do Povo – oito artigos de opinião, seis postagens em blogs do jornal, dois editoriais e 38 notícias.

Gráfico 1 – Tipos de produções da Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo que compõem o *corpus*



Fonte: SOUZA, 2017.

Finalizadas estas etapas codificamos os dados, agrupando os conteúdos e estratégias das disputas discursivas em categorias considerando como níveis de análise as duas formas de expressão da teoria dos atos de fala. No nível *constativo* abordamos o aspecto locucionário com referência na dimensão discursiva do poder, identificando representações textuais e visuais existentes nas produções jornalísticas. No nível *performativo*, abordamos os aspectos ilocucionário e perlocucionário, as expressões performáticas expressas nas produções, tendo como base a dimensão performática do poder. Formamos assim a Análise das Disputas Discursivas que nos permite identificar, com base na cultura, os entendimentos gerais sobre as temáticas que se materializam discursivamente e performativamente. Aqui apresentamos apenas os elementos citados na próxima seção, para acesso ao detalhamento dos itens que compõem cada elemento, unidade de análise, Livro de Códigos etc ver SOUZA, 2017 (<https://goo.gl/rEuAsc>).

Tabela 1 – Elementos que compõem a Análise das Disputas Discursivas

Nível <i>constativo</i>	
Nome / Descrição	Variáveis
5. Ícones: Representações não textuais	5.1. Foto 5.2. Imagem 5.3. Infográfico 5.4. Vídeo 5.5. Box
6. Atrizes e atores: Atores e atrizes individuais e coletivos citados	6.1. Indefinidos 6.2. Favoráveis 6.3. Contrários Classificados como: Estudantes; LGBT; Outros; Religiosas(os); Representantes da educação; Representantes do governo; Representantes movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, ONU e seus órgãos; Representantes de órgãos da Educação; Sem especificação; Teóricas(os)
7. Agentes: Instituições, movimentos ou órgãos citados	7.1. Indefinidos 7.2. Favoráveis 7.3. Contrários. Classificados como: Governo; Movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, partidos políticos, ONU e seus órgãos; Órgãos da Educação; Outros; Religiosos; Sem especificação
8. Termos: Referentes à gênero e DS	8.1. Termos científicos e/ou politicamente corretos 8.2. Termos cunhados por setores conservadores/religiosos e expressões contrárias ao debate de gênero e DS, e/ou politicamente incorretos
Nível <i>performativo</i>	
9. Exemplos: Fatos históricos dos quais são tiradas lições	9.1. Exemplos neutros, de outros mecanismos legais que propõe o debate 9.2. Favoráveis de ensinamentos religiosos 9.3. Favoráveis de fatos históricos e/ou dados como argumento 9.4. Favoráveis de materiais e/ou ações de promoção de igualdade de gênero/DS 9.5. Contrários de ensinamentos religiosos 9.6. Contrários de fatos históricos e/ou dados como argumento
11. Avaliação por argumento: Argumentos usados no julgamento dos temas	11.1. Científicos favoráveis 11.7. Científicos contrários 11.2. Contra a violência 11.9. Religiosos contrários 11.3. Educacionais 11.10. Sobre liberdade de expressão 11.4. Argumentos públicos 11.11. Argumentos sobre privilégios 11.5. Religiosos favoráveis 11.12. Outros argumentos contrários 11.6. Outros argumentos favoráveis
12. Avaliação e/ou decisão política	12.1. Liberal 12.2. Progressista 12.3. Conservadora

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Análise das Disputas Discursivas sobre Gênero e DS nos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo a partir dos planos de educação

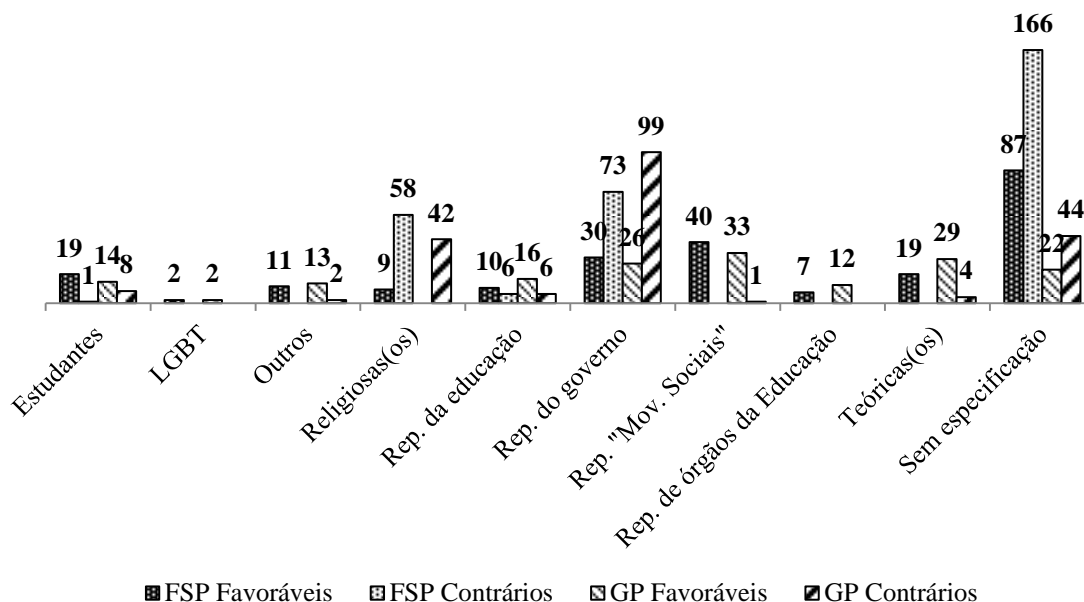
Os dados processados com a Análise de Conteúdo guiaram a formulação dos enquadramentos da Análise das Disputas Discursivas em que olhamos para os *frames* “como construções abstratas, que estão ligadas a formas mais amplas de pensamentos presentes na sociedade” (VIMIEIRO, 2010, p. 16). Cada elemento foi identificado pelo posicionamento em relação às questões de gênero e DS, tendo aqui o foco nas visões ‘contrárias’ e ‘favoráveis’. Optamos por esta divisão, pois os posicionamentos de diferentes agentes sociais, seus lugares de fala, contribuem para a interpretação dos sentidos empregados ao objeto, em que seus discursos representam e reproduzem “convenções, normas, valores compartilhados e estabelecidos em sua ‘comunidade discursiva’” (VIMIEIRO, 2010, p. 83). A análise das relações de poder presentes nos *frames* e seu papel na esfera pública seguiu a proposta de Butler (2016), analisando e agrupando os elementos identificados e confrontando-os entre *frames* normativos e novos, as situações interativas e seus efeitos estratégicos. Compreendemos por normativos os *frames* hegemônicos e conservadores “inadequados para a tarefa de compreender tanto as novas formações do sujeito quanto as novas formas de antagonismo social e político” (BUTLER, 2016, p. 209). E por ‘novos’ os *frames* alternativos que rompem com o contexto no qual são formados, contestando normas culturais e reavaliando “a interpretação que nos foi imposta, transformando nossa análise em uma crítica social do poder regulador e censor” (BUTLER, 2016, p. 111). Explicamos que ao citar exemplos das produções usaremos apenas o número da matéria seguido das iniciais do jornal, conforme o Anexo A.

Definimos os *frames* com base nas disputas de sentidos apresentadas nos campos de atuação dos elementos ‘atrizes e atores’ e ‘agentes’, para, a partir deles, fazer o cruzamento dos dados e reunir suas características. Explicamos que o grande número de citações sem especificação acontece pela característica do texto jornalístico, que utiliza expressões genéricas como: críticos, defensores, manifestante(s), militantes, etc.

No mapeamento das personagens citadas nas produções dos jornais a maior ocorrência de ‘favoráveis’ está em representantes dos movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, ONU e seus órgãos (17% FSP e 20% GP) e representantes do governo – executivo, legislativo e ministérios (13% FSP e 16% GP). Na Gazeta do Povo outros dois grupos ‘favoráveis’ apresentam ocorrências altas, teóricas(os) (17% GP) e

representantes da educação (10% GP). Entre os ‘contrários’ a maior incidência foi em representantes do governo (26% FSP e 48% GP) e religiosos (19% FSP e 20% GP).

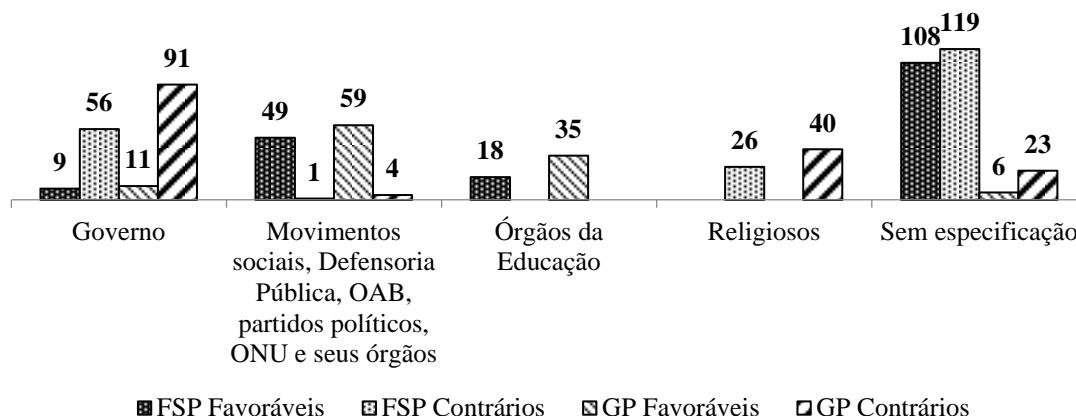
Gráfico 1 – Comparação atrizes e atores das produções dos jornais FSP e GP



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Os ‘agentes’ identificados são semelhantes ao elemento anterior estando os ‘contrários’ concentrados em três campos: governo (28% FSP e 58% GP), religioso (13% FSP e 25% GP) e ‘movimentos sociais’ (0,5% FSP e 3% GP). Os parlamentares são constantemente associados a entidades religiosas como representantes das frentes evangélicas, católica e de defesa da família ou ligados às igrejas (padres e pastores). Entre os ‘favoráveis’ observamos uma maior diversidade de campos de atuação, estando relacionados à movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, partidos, ONU e seus órgãos (27% FSP e 52% GP); órgãos de educação (10% FSP e 31% GP); e ao governo (5% FSP e 10% GP). Informamos que o grupo ‘outros’ não foi está no gráfico, pois só teve duas ocorrências ‘a favor’ na Gazeta. Enfatizamos neste posicionamento as participações ligadas à educação, tanto na figura de estudantes e profissionais da educação que vivenciam a realidade do ambiente escolar; de órgãos da educação (MEC, secretarias e conselhos); quanto instâncias de maior participação como as CONAEs, que agregam diferentes movimentos sociais da DS, gênero, jurídicos, ligados à infância, entre outros. Outro dado importante é que os representantes do governo favoráveis também estão associados à educação ou à luta das questões de gênero e diversidade.

Gráfico 2 – Comparação agentes das produções dos jornais FSP e GP



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Com estes dados dividimos os enquadramentos em três normativos: político (21 produções FSP e 43 produções GP), religioso (14 produções FSP e 25 produções GP) e sem especificação de atuação (12 produções FSP e 23 produções GP)¹³; e três progressistas: representações da educação, movimentos sociais e outras entidades progressistas (25 produções FSP e 37 produções GP), político (12 produções FSP e 16 produções GP) e sem especificação de atuação (18 produções FSP e 13 produções GP)¹⁴. Por motivo de espaço expomos nesta seção apenas as características mais marcantes relacionadas a ‘guerra de discursos’ instaurada entre os enquadramentos normativos e progressistas, indicando os principais achados da pesquisa com exemplos.

Quanto à multimídia e representações não textuais os *frames* normativos tiveram grande representação neste elemento. Na Folha citamos três exemplos: i) o uso do sintagma ‘ideologia de gênero’ nos títulos e legendas do carrossel de fotos das notícias 13, 14 e 15 FSP; ii) o vídeo na coluna “Proibição de ‘ideologia de gênero’ pode levar PT a punir prefeito Luiz Marinho” (27 FSP) com fala do prefeito dizendo que o PE que enviou à Câmara não continha nenhuma referência à ‘ideologia’ e que sempre foi contrário a ‘isso’; e iii) o vídeo das notícias 13 e 15 FSP com cenas de manifestantes contra e a favor em carros de som “Por trás do silicone também bate um coração”,

¹³ FSP: matérias (1 a 4, 6 a 8, 10 a 15, 17 a 20, 26, 28 e 29), artigos (9, 21 e 23), colunas (5 e 27) e entrevista (25). GP: matérias (1, 2, 5 a 10, 16 a 18, 23, 24, 26, 27, 29, 30 a 34, 36 a 46, 48, 49 e 51), postagens em blog (21, 22, 47, 50, 52 e 53), artigos (3, 4, 11, 12, 15, 35 e 54) e editoriais (14 e 28).

¹⁴ FSP: notícias (1, 2, 4, 6, 7, 10 a 20, 22, 24 a 26, 28 e 29), artigos (9 e 23) e colunas (5 e 27). GP: notícias (1, 2, 5 a 10, 16 a 18, 26, 27, 30 a 34, 36, 37, 39 a 46, 48, 49 e 51), artigos (3, 4, 11 a 13, 15, 35 e 54), postagens em blog (21, 22, 47, 50 e 52) e editoriais (14 e 28).

cantava de cima de um carro de som o grupo a favor da diversidade sexual, enquanto religiosos rezavam o Pai Nosso contra a ‘ideologia de gênero’” (13 FSP e 15 FSP).

Na Gazeta as expressões ‘contrárias’ em ícones tiveram alta representação, mas definimos por evidenciar dois fatos. O primeiro, é o carrossel de fotos chamado “Rosa e azul” da notícia “Crianças fazem caminhada em prol da família” (38 GP) que diz “Promovida por uma paróquia e ONGs, a passeata comemorou a exclusão da ideologia de gênero do [PME]” (38 GP). As fotos mostram faixas e cartazes carregados por crianças com os dizeres: ‘Vamos cuidar das nossas crianças’, ‘Ideologia de gênero na minha educação não. Deixem meus pais me educarem!’, ‘Viva a família’, etc. Outra notícia com fotos, 31 GP, mostra pessoas com cartazes com as frases: ‘Sim à família não à ideologia de gênero’, ‘Respeitem a família cristã brasileira, somos maioria’, ‘Em favor da família verdadeira’, etc. Estas frases também estão nas avaliações por argumentos religiosos contrários, ao dizer para os vereadores ‘salvem as famílias’, e nos de âmbito privado afirmando que a educação é de responsabilidade da família.

O segundo é a única ocorrência de vídeo, a primeira parte do documentário norueguês “*Hjernevask*” (“Lavagem Cerebral”). Que de acordo com o jornal “abalou a credibilidade dos teóricos de gênero nos países escandinavos (...) [e] gerou um intenso debate público sobre o assunto no país (...) [ao contrapor] a afirmação dos defensores da teoria de gênero com outras de estudiosos ligados às neurociências e à psicologia evolutiva” (17 GP). Referências a este documentário foram usados na matéria 17 GP em que foi colocado na notícia, e nos editoriais “A blindagem da teoria de gênero” (14 GP) e “Educação e teoria de gênero” (28 GP). Os editoriais são a distinção essencial entre os jornais, neles a Gazeta assume posição contrária e mesmo não utilizando o sintagma reproduz todos os seus argumentos. Como ao falar sobre a votação dos PEs em que diz: “observa-se uma tentativa de impor aos estudantes teorias controversas e carentes de fundamentação científica” (28 GP). O editorial também faz vasto uso de expressões performáticas como ‘o que está em jogo’, ‘virada de mesa’, assim como argumenta que:

incluir a teoria de gênero nos planos de educação seria trazer para as escolas, de forma indiscriminada, convicções morais e de valores que não necessariamente correspondem às dos pais dos alunos. (...) [o que] levanta dois debates. O primeiro é sobre a teoria de gênero em si, que exige discussão aberta (inclusive sobre os estratagemas daqueles que desejam implantá-la sem dizer com todas as letras o que pretendem). É o segundo, igualmente importante, trata dos limites entre as responsabilidades de família e escola na educação das crianças sobre temas morais e de valores. (28 GP, 21/06/2015).

Este tipo de produção é considerado o posicionamento oficial do jornal sobre assuntos e ao lê-los verificamos que muitos dos argumentos utilizados nos textos são os mesmos expostos em artigos de opinião publicados em datas anteriores à eles por pessoas ‘contrárias’, exemplo do editorial 14 GP (27/12/2014) com argumentos do artigo 12 GP (20/11/2014). Eles assumem este posicionamento justificando que impedir a crítica a teoria de gênero e considerá-las homofóbicas “é alargar indevidamente o conceito de homofobia para coibir a liberdade de expressão” (14 GP, 27/12/2014).

Tabela 2 – Comparação da ocorrência de ícones nas produções dos jornais FSP e GP

	Produções sem ocorrência	Produções com ocorrência	Quantidade de ocorrências	Número de ocorrências descontando iguais
FSP				
5.1. Foto	18	11	145	68
5.2. Imagem	29	0	0	0
5.3. Infográfico	28	1	1	1
5.4. Vídeo	26	3	3	2
5.5. Box	29	0	0	0
GP				
5.1. Foto	39	15	36	35
5.2. Imagem	52	2	2	2
5.3. Infográfico	52	2	3	3
5.4. Vídeo	53	1	1	1
5.5. Box	48	6	13	

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Já os enquadramentos progressistas também tiveram algumas representações em ícones como: i) o infográfico “Planos estaduais de educação” (10 FSP) com argumentos pela manutenção dos termos contestando o sintagma ‘ideologia de gênero’ e enfatizando o combate às formas de preconceito na escola afirmando que o debate “não significa incentivar crianças e jovens a serem homossexuais” (10 FSP); ii) os dois infográficos da notícia 10 GP que mostram dados de pesquisas sobre a população trans, leis relacionadas aos seus direitos e o preconceito vivenciado; iii) os boxes da notícia 2 GP com referências à campanhas contra a violência sexual sofrida por mulheres (‘eu não mereço ser estuprada’, ‘eu não mereço ser encoxada’ e ‘Não ao machismo cresce’); e iv) nas fotos que apresentam cartazes de/e pessoas religiosas(os) ‘favoráveis’ como “Sou católico e quero gênero sim!” (15 FSP). Isto nos mostra uma não padronização das personagens das fotos, diferente do que foi constatado nos *frames* normativos.

Quanto aos termos utilizados a maioria foi classificada como ‘científicos e/ou politicamente corretos’ (468 - 75% FSP e 532 - 86% GP). Dos identificados como ‘cunhados por setores conservadores/religiosos e expressões contrárias ao debate de

gênero e DS, e/ou politicamente incorretos’ (155 FSP e 84 GP) a maior incidência corresponde ao sintagma ‘ideologia de gênero(s)’ ou a variação “a chamada ‘ideologia de gênero’” (81% FSP e 67% GP). Os outros (19% FSP e 33% GP) são expressões como: aberração de gênero, apologia de gênero, educação de ‘vanguarda’ sexual, homossexualismo, ideologia homossexual, ideólogos de gênero, igualdade de sexo, ‘kit gay’, opção de gênero, professora da ‘liberdade’ sexual, sexualização precoce, suposta ‘DS’, etc. A maior utilização destas expressões está no *frame* normativo político, mas há casos desviantes, pois para além da presença destes termos associados à pessoas ‘contrárias’ também o identificamos no artigo 35 GP escrito pelo pedagogo e doutor em Educação favorável às temáticas que reproduz o sintagma ideologia de gênero, mesmo com intuito de reforçar a importância dos debates que atingem os sujeitos excluídos.

Esta categoria se mostra interessante, pois “os termos utilizados para fazer referência à questão indicam valores compartilhados culturalmente” (VIMIEIRO, 2010, p. 82). Neste ponto verificamos uma diferença entre os periódicos: a Gazeta apresenta menos termos ‘incorretos’ (14%) do que a Folha (25%) que concentrou a ocorrência deles no sintagma ‘ideologia de gênero’, usando variações e termos de forma ‘mascarada’ ou ainda tratando dos argumentos relacionados ao sintagma, sem citá-lo. Cabe destacar também a verificação nas expressões ‘incorretas’ da performatividade em dois sentidos. Primeiro, que ao usar palavras como: ideologia, aberração e apologia; setores conservadores estimulam o ‘pânico moral’ (JUNQUEIRA, 2016; SOUZA, 2014) sobre às temáticas. Questão intensificada ao associar estas temáticas a outros ‘monstros’ da história como o socialismo/comunismo (‘Gênero: vai pra Cuba! Aqui não!’). Segundo por demonstrar sua eficácia, ao confirmarmos que as falas associadas à estas expressões se utilizam dos mesmos argumentos, descritos quase *ipsis litteris*, em falas de agentes diversos (políticos, religiosos, etc).

Quanto a citação de exemplos verificamos que os ‘favoráveis’ (22 - 81% FSP e 24 - 83% GP) utilizam fatos históricos e/ou dados (11 - 41% FSP e 22 - 76% GP), citam materiais e/ou ações de promoção de igualdade de gênero e/ou de diversidade (5 - 19% FSP e 2 - 7% GP) e ou são ensinamentos religiosos (6 - 22% FSP) em que se verifica a busca pela identificações e empatia dos ‘contrários’ – “O amor ao próximo é o maior ensinamento que Deus nos deu” (7 FSP), “Princípio dos evangelhos acolhida à diversidade” (17 FSP) e “Tenho a Bíblia em casa e sei que o que importa é a igualdade. E discutir as questões de gênero é igualdade” (18 FSP).

Beto acompanha a namorada no pré-natal, Mariana sofre bullying por andar de skate e Tiago é gay. Esses são alguns personagens de um jogo da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo usado desde 2013 com o objetivo de debater o tema no ensino médio (4 FSP).

palestras em escolas, mostrando as novas composições familiares e a necessidade de se respeitar a orientação sexual e questão de gênero (11 FSP).

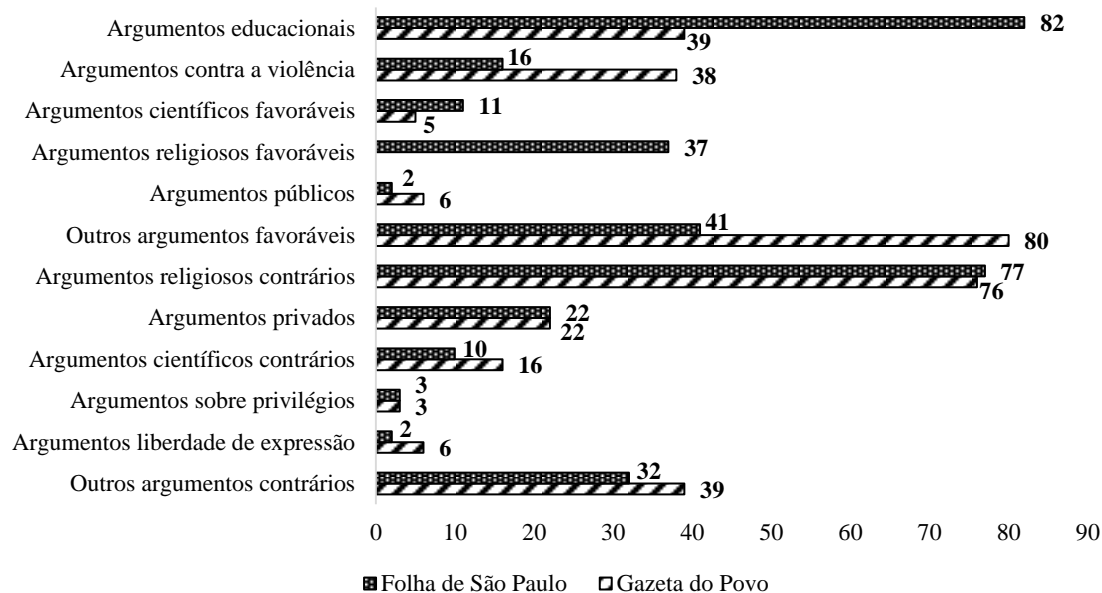
Campinas é uma das cidades pioneiras em políticas para LGBTs. Transexuais e travestis, por exemplo, podem ser chamadas pelo nome social nas escolas. Além disso, a prefeitura mantém um centro de referência LGBT, o primeiro do país, para assistência social, psicológica, jurídica e trabalhista (26 FSP).

Já os exemplos ‘contrários’ (4 de cada jornal, 15% FSP e 14% GP) apresentam fatos históricos e/ou dados como argumentos (15% FSP e 3 - 10,3% GP) e um exemplo religioso (3,4% matéria 31 GP). As quatro ocorrências da Folha estão no artigo 9 FSP, “Compromisso com a realidade”, escrito pelo professor de História da Igreja no Instituto de Teologia Bento 16, com argumentos sobre: liberdade, ciência e religião.

Sendo obrigatório por lei, os pais que se opuserem, poderão ser criminalizados por isso. Na Alemanha, um casal foi detido por ter se recusado a permitir que seus filhos assistissem às aulas de gênero. (...) A genética mostra, pelos cromossomos que definem a sexualidade, que só há dois tipos de sexo: XX (mulher) e XY (homem). A psicologia elenca uma enorme série de diferenças entre o homem e a mulher. Negar a biologia e a psicologia é negar a ciência e a escola deve ter compromisso com a verdade e a realidade, não com ideologias (...) Ele [o Papa] lamentou a prática ocidental de impor uma agenda de gênero a outras nações por meio de ajuda externa. Chamou isso de ‘colonização ideológica’, comparando-a à máquina de propaganda nazista (9 FSP).

Verificamos que as avaliações por argumentos catalogadas como ‘favoráveis’ são maioria nos dois jornais (56% FSP e 51% GP), utilizando argumentos educacionais (24,5% FSP e 11,8% GP), contra a violência (4,8% FSP e 11,5% GP), científicos (3,3% FSP e 1,5% GP) e sobre a necessidade de o Estado assumir este debate (0,6% FSP e 1,8%). A diferença está nos argumentos religiosos favoráveis na Folha (11% FSP). Exemplos de argumentos educacionais: ‘Gênero na escola porque se aprende que errado é preconceito’; ‘Respeito se aprende na escola: preciso de gênero no PME!’ (13 FSP); “[O documento] prevê ações para que alunos aprendam a respeitar a diversidade sexual e professores saibam lidar com a questão” (5 FSP); “Não dá para a escola lidar só com um modelo de família” (12 FSP); “defendiam a inclusão do tema a fim de garantir a igualdade e combater o preconceito nas escolas” (20 FSP); “O que defendemos não é ideologia. Trata-se apenas de uma visão de sociedade mais livre” (17 GP) e “A escola tem que ser o lugar de vivenciar os valores de respeito e solidariedade” (2 FSP).

Gráfico 3 – Comparação avaliação por argumentos das produções dos jornais FSP e GP



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Os argumentos ‘contrários’ se concentram nos religiosos (23% FSP e GP), sendo importante ressaltar que mesmo no *frame* político este teve maior representação – “deputados que disseram estar votando contra o projeto e ‘a favor da família’” (22 GP).

deputada Cláudia Pereira diz que tomou a iniciativa de derrubar a previsão de igualdade de gênero (...) por acreditar (...) poderia levar a uma vitória do que integrantes da bancada conservadora chamam de ‘ideologia de gênero’. ‘Essa ideologia ensina que as crianças nascem assexuadas e que têm que optar mais tarde por uma sexualidade. Isso vai contra a natureza humana’ (18 GP)

Os outros argumentos ‘contrários’ são de que o debate é de âmbito privado das famílias (6,6% FSP e 7% GP), científicos (3% FSP e 5% GP), que os temas privilegiam setores da população (0,9% FSP e 1% GP) e privam a liberdade de expressão (0,6% FSP e 2% GP). Abaixo exemplos de ‘valores da sexualidade’, falta de investimento em outras questões e científicos com base nos ‘dados corporais’:

Em nome do respeito a uma suposta ‘diversidade sexual’, os pais e os educadores serão impedidos de discernir entre condutas responsáveis nas atividades sexuais, como a continência, a fidelidade e a responsabilidade com a prole, e condutas irresponsáveis (...) que envolvem a promiscuidade e a satisfação egoísta (...) é uma proposta que declara ilícita a possibilidade de discernir sobre valores e desvalores na sexualidade (3 GP).

nossas escolas estão caindo aos pedaços. Há recursos, porém, para ‘kits gays’ e camisinhas para os estudantes (...) Nada de recuperar prédios escolares. Só há recursos e olhos para uma educação de ‘vanguarda’ sexual (3 GP).

os corpos humanos apresentam-se como masculino e feminino, e não há humanos descorporificados, tampouco sem sexo biológico (...) ser homem ou mulher não é apenas um estado mental, mas também uma corporificação completa. (...) [verificamos] equívoco no uso de certas terminologias como ‘mulher trans’, que pressupõem que, para ser mulher, basta que a mente ou o estado cerebral seja feminino, expulsando o corpo restante (11 GP).

Nas avaliações políticas verificamos posicionamentos ‘progressistas’ (34 - 32% FSP e 58 - 47% GP) e ‘conservadores’ (71 - 68% FSP e 65 - 53% GP). Estes dados são contextualizados com o histórico dos planos, pois grande parte da posição ‘progressista’ corresponde ao texto do PNE aprovado em 2012 com referência à superação das desigualdades educacionais com especificação das identidades: “O texto aprovado pela Câmara (...) terá como ênfase a ‘promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’” (1 FSP). A ‘conservadora’ corresponde à aprovação dos PEs excluindo as temáticas: “Pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo das igrejas evangélicas e católica, deputados de ao menos oito Estados retiraram dos [PEEs] (...) referências [às temáticas]” (10 FSP). As avaliações ‘progressistas’ estão mais presentes na Gazeta, pois a maioria de seus resultados é anterior à votação dos PEs, enquanto os da Folha estão concentrados após este período.

Nas avaliações ‘conservadoras’ destacamos como elas se estenderam a outros mecanismos legais que já continham as temáticas em São Paulo e Campinas: “Foram tiradas menções a um artigo da Lei Orgânica do Município - que fala em ‘educação igualitária, desenvolvendo espírito crítico em relação a estereótipos sexuais, raciais e sociais’ - e ao [PNDH] (...), que tem diretrizes para a igualdade de gênero (20 FSP) e “Pela proposta, do vereador Campos Filho (DEM), ligado à Igreja Católica, não será objeto de deliberação qualquer proposição de regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar (...) que tendam a aplicar a ‘ideologia de gênero’, o termo gênero ou orientação sexual (11 FSP). Estas decisões também associam os debates nos planos a outras decisões do governo e são influenciadas e expressas por setores religiosos: “[Dilma] vetou o chamado ‘kit gay’ [do MEC] (...) o Ministério da Saúde suspendeu a distribuição de histórias em quadrinho sobre educação sexual, (...) em parceria com a Unesco. (...) a bancada religiosa também vem obtendo vitória no Congresso com o texto do PNE (...) que não faz menção à promoção da igualdade de gênero” (4 FSP).

Estes dados e análises dos conteúdos e enquadramentos dos jornais nos mostram que a questão mais marcante nos *frames* normativos é a utilização exacerbada de características das dimensões discursiva e performativa do poder. Na discursiva

ressaltamos o uso de argumentos religiosos para dar o *status* de que suas reivindicações são ‘naturais’, constituindo e institucionalizando nos discursos a heteronormatividade. Questão presumida em pessoas e instituições religiosas, mas que também é a mais utilizada por político ‘contrários’. Esta estratégia também se verifica nos elementos performativos, em que expressões e argumentos associados são repetidos em diversas falas, espaços e argumentos demonstrando a busca por legitimidade discursiva envolta na padronização de conceitos e símbolos construídos contra a temática.

Estas posturas e ações performativas também geram o efeito estratégico de demarcar uma fronteira utilizando em suas falas, políticas e religiosas, o argumento de que estas temáticas são de âmbito privado. Afirmam que a prioridade sobre estas questões ‘morais’ é da família e não devem ser tratadas pelo Estado, sendo a sugestão de sua inclusão pelo governo um “espasmo de obscurantismo totalitário, querem impor à sociedade um único modo de pensar, de ver e de sentir. Não cabe ao governo, contra a vontade da maioria da população, formatar a cabeça das crianças brasileiras” (15 GP). Nesta fronteira, o ‘nós’ é formado por defensores da família heterossexual e da ‘continuação’ da humanidade, pois debater estes temas é ser a favor de “uma ideologia que destrói os fundamentos do direito natural. A diferença sexual é a origem da humanidade e a reprodução humana ocorre devido a essa diferenciação” (9 FSP). A forma como utilizam os conceitos de participação e democracia também é interessante, pois afirmam que é um ‘desrespeito à democracia representativa’ que os PEs incluíam o debate das temáticas que foram excluídas no PNE pelo Congresso. Isto mostra uma inversão e suposta ‘confusão’ de conceitos, pois os textos construídos nas CONAEs agregaram diferentes participações envolvendo em torno de 2% da população (CONAE, 2013) enquanto o Congresso é composto por 513 deputados.

Outro destaque é para a espetacularização das ações e discursos ao criar o ‘monstro’ da ‘ideologia de gênero’ (JUNQUEIRA, 2016) gerando um ‘pânico moral’ sobre as temáticas. Percebida nas falas que dizem que estes debates são “uma praga que veio do marxismo, passa pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos” (10 FSP), é ‘demoníaca’ e “declara ilícita a possibilidade de discernir sobre valores e desvalores na sexualidade” (3 GP), sendo “a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia” (15 GP). A aposta na criação do ‘pânico moral’ na sociedade, limita as possibilidades de diálogo e discussão, sendo o sintagma uma ‘fórmula discursiva’ que cristaliza questões políticas e sociais na polêmica das temáticas (TEIXEIRA, 2014). Dessa forma ‘ganham o público’, principalmente ao

associá-lo a outros ‘monstros’ da sociedade, direcionando o processo para a manutenção da hegemonia inscrita na desigualdade das relações sociais, definindo “quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão (...) estrutura iterável do enquadramento” (BUTLER, 2016, p. 28). O que reproduz dominação e produz poder na medida em que influencia ações futuras ao fazer com que supostas asserções sobre a realidade funcionem “asserções sobre como a realidade deveria ser” (SILVA, 2010, p. 13).

Entretanto, *frames* progressistas também se fizeram presentes, fornecendo uma amostra das disputas presentes na sociedade brasileira atual, organizados, em sua maioria, em discursos de denúncia das dominações e hegemonia reproduzidas por personagens contrárias. Aqui a ideia de *frame* como algo ativo é percebida nas resistências apresentadas por pessoas e agentes na defesa contra a ‘guerra de discursos’ criada pelo sintagma ‘ideologia de gênero’. Ao utilizar maior diversidade de argumentos e dados sobre a importância das questões de gênero e DS, busca-se debater a relação dialética entre concepção de sociedade e educação, tratando não apenas de “incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (BUTLER, 2016, p. 20). As polêmicas sobre as temáticas nos PEs reforçam que

o currículo é também uma questão de poder (...) [selecionar e] Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. (...) teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir consenso, de obter hegemonia (SILVA, 2010, p. 16).

O argumento frequente nestes *frames* está relacionado à educação e combate à violência, como políticas que devem ser assumidas pelo Estado. A busca é de que a invisibilidade imposta pela privacidade das identidades dissonantes seja revertida em questão pública como parte essencial de uma esfera pública democrática. Assim como a necessidade das escolas e profissionais da educação estarem preparadas para esta realidade, como forma de promoção do respeito as diferenças, à multiplicidade de identidades e combate ao preconceito. “O que uma criança e um adolescente aprendem quando uma escola ensina gênero é a prática efetiva da igualdade” (21 FSP). Nestas relações de poder em busca de reconhecimento um dos maiores confrontos é expresso nos discursos que apontam o caráter histórico e cultural do gênero como contraponto às afirmações biológicas mobilizadas pelas pessoas contrárias com estudos da genética e

determinadas linhas da psicologia que renegam a realidade da pluralidade existente na sociedade, identificada no ambiente escolar como um dos motivos de preconceito.

‘Não existe ideologia de gênero. Existe uma realidade de jovens que estão descobrindo seu corpo, sua sexualidade, e que devem ser livres, sem nenhuma imposição, seja por um lado ou pelo outro. Isso não é ideologia. É uma realidade’ (39 GP).

‘Na sociedade em que a gente vive, existem famílias com dois pais, com duas mães e na minha escola eu convivo com muitas pessoas que são homossexuais e bissexuais. Então eu penso, porquê omitir a palavra gênero nas escolas se ele já é tão presente nas nossas vidas’ (...) a escola deve ser um espaço para a vida. ‘A gente vai sair da escola e enfrentar o mundo e ele não tem só pessoas heterossexuais, ele tem tudo’ (49 GP).

Ao se excluir o debate, limita-se também a prática da crítica e o fornecimento de “uma compreensão histórica mais adequada, (...) uma explicação alternativa da normatividade, baseada menos em julgamentos preconcebidos do que em tipos de conclusões avaliadoras comparativas que podem ser alcançadas” (BUTLER, 2016, p. 214). Isto impacta a possibilidade de expandir as normas democráticas existentes para que se tornem mais inclusivas (BUTLER, 2016), reforça a ideologia e as diferenças que reproduzem as relações sociais em uma sociedade dividida em classes.

Para entender a violência sexista e homofóbica (...) é preciso atentar para suas condições de produção. Os assassinatos, espancamentos e insultos sexistas e homofóbicos são gestados em um horizonte epistêmico específico, em que um modo de inteligibilidade dos corpos e da vida se afirma. A heteronorma parece quase inofensiva, apenas um campo de inteligibilidade em que a heterossexualidade e as posições normativas de gênero são dadas a priori. (...) Entretanto sexismo e homofobia são gestados em um campo heteronormativo que resiste tanto em reconhecer a homofobia como violação de direitos humanos quanto em potencializar a escola como espaço de transformação social (OLIVEIRA; DINIZ, 2014, p. 248 e 249).

Por fim, constatamos que as disputas discursivas veiculadas na cobertura destes periódicos privilegiaram a visão dos grupos contrários às temáticas a partir do uso de determinadas saliências, mas, com diferenças entre os jornais. Na mesma medida em que a Folha apresentou mais produções enquadradas como progressistas do que a Gazeta, os dois jornais apresentaram mais produções nos enquadres político normativo, do que no político progressista, e mais personagens e agentes políticos ‘contrários’ à permanência das temáticas na escola. O que nos faz inferir que, ao privilegiar personagens políticos contrários os jornais não apenas ofereceram formas de se visualizar as disputas discursivas, como deram destaque e visibilidade legitimando esta posição, “‘telling people what to think about’ is how one exerts political influence in

noncoercive political systems (...) And it is through framing that political actors shape the texts that influence or prime the agendas and considerations that people think about” (ENTMAN, 2007). Assim como, por outro lado, demonstram a potencialidade das controvérsias noticiadas como ‘evento notório’ que geram novos enquadramentos do ‘jogo democrático’. Questão significativa quando pensamos os *frames* como construções interativas fruto das disputas na sociedade, expostas em apropriações e ressignificações ou em resistências organizadas em grupos de pressão.

Conclusão

Após a análise dos dados podemos afirmar que os jornais corresponderam a postura dos seus leitores tendo a Folha de S.Paulo apresentado uma postura mais liberal diante das disputas discursivas do que a Gazeta do Povo que foi mais conservadora. Esta constatação se dá pelo fato que as opiniões contrárias na Folha foram expressas apenas em textos de opiniões ou em falas de atores ‘contrários’, sendo inclusive expressa na frase da jornalista Paula Sperb: “A Folha leu a íntegra do relatório, mas não identificou nenhuma menção à chamada ‘ideologia de gênero’” (6 FSP). Diferente do observado na Gazeta, que além de oportunizar mais espaço para artigos, colunas e postagens em blogs do jornal ‘contrários às temáticas’, assumiu esta posição em dois editoriais. Os outros elementos analisados também respaldam esta conclusão ao verificarmos as escolhas dos periódicos. A Folha com postura aparentemente neutra sobre o assunto, em contraste da Gazeta com maior presença de elementos performativos contrários, a exemplo dos boxes com o realce de argumentos ‘contrários’ ou da frase do jornalista Jônatas Dias Lima que gera ‘impacto negativo’ sobre as teorias feministas: “Diferentemente do feminismo clássico, os militantes dessa linha não querem apenas direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres. Para alguns de seus expoentes, a própria divisão do mundo entre homens e mulheres é um mal a ser combatido” (17 GP).

Para além da análise dos dados consideramos que esta pesquisa apresenta resultados de um âmbito de investigação do objeto, mas que pode e deve ser evoluída em outros trabalhos. São necessárias maiores investigações sobre as relações intrínsecas entre a heteronormatividade, a perspectiva cristã e a política. Sobre como a heteronormatividade fornece argumentos de manutenção e perpetuação para a perspectiva cristã, e vice-versa, em uma relação simbiótica; e como estas têm encontrado na política representações de setores conservadores da sociedade, que ao se organizarem tem vencido não apenas esta como outras batalhas, dando provas de que o

processo do Estado laico brasileiro tem sido uma falácia (OLIVEIRA, 2004). O poder da igreja, historicamente ligado ao Estado, que se faz cada vez mais presente em cargos legislativos, tem reproduzido sua visão de mundo não apenas aos fiéis de suas igrejas, como tem expandido sua lógica a toda a sociedade, perpetuando as exclusões sociais e legitimando as desigualdades. Como no caso dos planos de educação que ao excluírem as questões de gênero e DS, também excluíram a população negra, quilombola, indígena, pessoas geograficamente excluídas, sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei, cidadãos em situação de risco e extrema pobreza, refugiados, migrantes, entre outros. Apontamos também a necessidade de se investigar mais a fundo os efeitos causados no mundo pelo sintagma ‘ideologia de gênero’. Esse ‘monstro’ e o ‘pânico moral’ criado por ele tem sido utilizado na justificativa de projetos e outros instrumentos legais pensados na lógica de legitimação da exclusão. Como o Projeto Escola sem Partido, que relaciona as questões de gênero e DS como uma ‘ideologia’ que assim como outras questões políticas devem ser banidas do âmbito escolar.

Estas questões nos mostram a urgência de se pensar em uma nova conjuntura política feita através do debate contínuo com vários setores da sociedade e movimentos sociais organizados, para que possamos avançar no processo de construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e verdadeiramente democrática. Na qual a educação não sirva apenas para a reprodução econômica, mas para a elevação sociocultural (OLIVEIRA, 2004), como um processo fluido e mutável, de construção de pessoas autônomas, críticas e engajadas socialmente, através da interação e convivência com as diversas identidades e pluralidades da sociedade. Que a educação seja um ato interpretativo e dialógico de construção da ação humana no mundo e de sua relação com ele, que possibilite a percepção das relações de poder, conflitos e resistências (FREIRE, 1970; FONTES, 2011), enfatizando “a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120).

Por fim, acreditamos que o desvelamento e a inclusão destas temáticas na escola, mídia e na sociedade possibilitam a existência de novos enquadramentos, apropriações e ressignificações feitas nas ‘batalhas’ travadas na sociedade entre as visões hegemônicas e as resistências contra hegemônicas. Nesse exercício de democracia a luta por reconhecimento busca acabar com as ‘espirais do silêncio’ criadas pela ilusão da diferença, do outro, que hierarquiza a realidade social.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Ivan. **A escola no armário: o apagamento das relações de gênero e das sexualidades no PNE e nos Planos Municipais de Educação**. Anais eletrônicos do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidades e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero – “O que temos feitos de nós?”. Vitória: UFES, 2016.
- ANJ. **Maiores jornais do Brasil**. Associação Nacional de Jornais. Disponível em <<https://goo.gl/RrwTqK>>. Acesso em 09 jun. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série legislação nº 125, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio T. N. Lamarão e Arnaldo M. Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2016.
- CONAE. **Conae 2014: documento - referência**. Brasília: MEC, 2013.
- ENTMAN, Robert M. **Framing bias: Media in the distribution of power**. Journal of Communication, Oxford, vol. 57, nº 1, p. 163-173, 2007.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenadora da tradução e revisão técnica Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOLHA DE S.PAULO. **Leitor da Folha está no topo da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Jornal Folha de S.Paulo, 11 de novembro, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/h4Fppj>>. Acesso em 22 mar. 2017.
- FONTES, Filipe C. **O interacionismo simbólico: implicações para o processo e prática educacional**. Ribeirão Preto: Revista Plures Humanidades, ano 12, nº 15, p. 141-154, jan./jun., 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 11ª ed., 1970.
- GOMES, Eduardo R. A.; FEHLBERG, Jamily. **Lesbofobia: a construção de um novo conceito**. Psicologia em foco, vol. 4, nº 1, julho/dezembro 2014.
- JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Márcia A. (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. São Paulo: Perse, p. 229-245, 2016.

_____. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico.** Revista Espaço do Currículo, vol. 2, nº 2, p. 208-230, setembro de 2009 a março de 2010.

_____. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a Pedagogia do Armário. In: SILVA, Fabiane F. (Org.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação.** Uruguaiana: Unipampa, 2011.

_____. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MILSKOLCI, Richard (Org.). **Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos.** São Paulo: Annablume, Série Sexualidades e Direitos Humanos, 2012.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual.** São Paulo: Revista Psicologia Política, vol. 8, nº 16, p. 307-324, dez., 2008.

LOURO, Guacira L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC, UNESCO, p. 85-93, 2009.

MARTINS, Fernando. **Conservador e 'saudosista': prazer em conhecê-lo, sou o eleitor curitibano.** Curitiba: Jornal Gazeta do Povo, 12 de agosto de 2016. Disponível em <<https://goo.gl/FukWuF>>. Acesso em 29 mar. 2017.

MEC, Ministério da Educação. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. Produto 7, Relatório Analítico Final.** São Paulo: INEP e Fipe, maio de 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 79, p. 187-201, 2012.

MIGUEL, Luis F.; COUTINHO, Aline A. **A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais.** Campinas: Opinião Pública, vol. 13, nº 1, p. 97-123, jun., 2007. Disponível em <<https://goo.gl/TvDICC>>. Acesso em 22 mar. 2017.

OLIVEIRA, Marcos M. **As origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino.** Rio de Janeiro: Ensaio aval. pol. públ. Educ., vol. 12, nº 45, p. 945-958, out./dez., 2004.

OLIVEIRA, Rosana M.; DINIZ, Debora. **Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo.** *Educ. Real.* [online], vol. 39, nº 1, 2014.

PERES, William S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC, UNESCO, p. 235-263, 2009.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Caxambu: XXVI Encontro Anual da ANPOCS, sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa”, GT “Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições”, 22 a 26 de outubro de 2002.

REED, Isaac Ariail. **Poder - dimensão relacional, discursiva e performática**. Revista Sociedade e Estado, vol. 29, nº 2, maio/agosto, 2014.

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam S. **Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço**. Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura, vol. 13, nº 2, p. 261-276, 2015.

SILVA, Ítalo B.; SILVA, Ed F. **Aspectos históricos dos Planos Nacionais de Educação do Brasil: da década de 30 à de 80**. Holos, ano 22, p. 19-25, maio, 2006.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed., 2010.

SIMÕES, Assis Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: movimento homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Juliana I. L. **Disputas discursivas na mídia: a cobertura dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação**. Curitiba: UFPR, Dissertação em Ciência Política, 2017.

SOUZA, Nelson R. Poder e Comunicação. In: PERISSINOTTO, Renato; LACERDA, Gustavo B.; SZWAKO, José (orgs.). **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SOUZA, Sandra Duarte de. **“Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira**. São Bernardo do Campo: Estudos de Religião, vol. 28, nº 2, p. 188-204, jul./dez., 2014.

TEIXEIRA, Rosana B. S. **O sintagma “progressão continuada” sob a lupa da análise do discurso: um caso de fórmula discursiva?** Belo Horizonte: Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 14, nº 1, p. 199-223, 2014.

VIMIEIRO, Ana C. S. C. **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação em Comunicação Social, 2010.

YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9, p. 169-203, 2012.

ANEXO A – Produções jornalísticas que compõe o corpus

	Data	Título produção	Tipo	Link
1 FSP	19/03/14	Polêmica sobre questão de gênero predomina em reunião sobre PNE	NT	link
2 FSP	22/04/14	Comissão especial aprova texto base do plano nacional de educação	NT	link
3 FSP	06/05/14	Comissão da Câmara aprova Plano Nacional de Educação	NT	link
4 FSP	25/05/14	Unesco lança guia sobre sexo para educadores	NT	link
5 FSP	02/06/15	Mônica Bergamo - 02/06/2015 - Ilustrada - Folha de S.Paulo	CL	link
6 FSP	11/06/15	Sob pressão, Câmara de SP tira palavra 'gênero' de plano de educação	NT	link
7 FSP	12/06/15	Bispos pedem 'valores da família' na educação	NT	link
8 FSP	18/06/15	Ideologia de gênero' será desastrosa para crianças, afirma CNBB	NT	link
9 FSP	20/06/15	Compromisso com a realidade	AR	link
10 FSP	25/06/15	Por pressão, plano de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'	NT	link
11 FSP	30/06/15	Vereadores de Campinas (SP) aprovam emenda contra a discussão de...	NT	link
12 FSP	19/07/15	Discussão sobre gênero volta à pauta da educação com nova diretriz	NT	link
13 FSP	11/08/15	Plano de educação de SP é aprovado em 1ª votação sem questões de gênero	NT	link
14 FSP	11/08/15	Contra votação do Plano de Educação, grupo protesta na Câmara de SP	NT	link
15 FSP	11/08/15	Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à...	NT	link
16 FSP	12/08/15	Laerte promove sessão de autógrafos e 'Batonção' no Cinesesc	NT	link
17 FSP	25/08/15	Plano de educação de SP é aprovado na Câmara sem menções a DS	NT	link
18 FSP	25/08/15	Religiosos e grupos LGBT de São Paulo disputam pontos do PE	NT	link
19 FSP	26/08/15	Haddad não vetará Plano de Educação pela ausência da questão de gênero	NT	link
20 FSP	26/08/15	Câmara aprova plano para a educação sem questões de gênero	NT	link
21 FSP	28/08/15	Não quero falar sobre gênero	AR	link
22 FSP	10/09/15	MEC cria comitê de gênero para acompanhar políticas da área	NT	link
23 FSP	14/09/15	Um plano raso	AR	link
24 FSP	17/09/15	Mal avaliado, ensino médio brasileiro poderá ter currículo flexível	NT	link
25 FSP	20/09/15	Sem medo de fazer gênero	EM	link
26 FSP	31/10/15	Câmara de Campinas aprova moção de repúdio a citação na prova do Enem	NT	link
27 FSP	29/01/16	Proibição de 'ideologia de gênero' pode levar PT a punir prefeito Luiz ...	CL	link
28 FSP	01/04/16	Palmas proíbe discussão sobre ideologia de gênero em sala de aula	NT	link
29 FSP	15/06/16	Assembleia Legislativa de SP aprova Plano Estadual de Educação	NT	link
1 GP	19/03/14	Polêmica sobre questão de gênero predomina em reunião sobre PNE	NT	link
2 GP	02/04/14	Não ao machismo cresce	NT	link
3 GP	07/04/14	Educar para a verdade, não para a ideologia de gênero	AR	link
4 GP	07/04/14	Por um Plano Nacional de Educação inclusivo	AR	link
5 GP	09/04/14	Adiada análise do Plano de Educação	NT	link
6 GP	22/04/14	Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE	NT	link
7 GP	22/04/14	Comissão especial aprova texto base do PNE	NT	link
8 GP	05/05/14	Após definição prevista para hoje, PNE deve ir à plenário	NT	link
9 GP	06/05/14	Após três anos, PNE é finalizado e vai par o plenário da Câmara	NT	link
10 GP	17/08/14	Guerra dos sexos na hora da chamada	NT	link
11 GP	07/09/14	A expulsão do corpo	AR	link
12 GP	20/11/14	"O cristianismo é uma invenção de cérebros doentes"	AR	link
13 GP	10/12/14	Alguma coisa se move na educação brasileira	AR	link
14 GP	27/12/14	A blindagem da teoria de gênero	ED	link
15 GP	08/06/15	Educação sexual compulsória	AR	link
16 GP	10/06/15	Emenda tira trechos do plano de educação e causa polêmica	NT	link
17 GP	13/06/15	O que é "ideologia de gênero"?	NT	link
18 GP	15/06/15	Alep vota plano de educação que divide opiniões	NT	link
19 GP	16/06/15	Plano de Educação está na pauta da Assembleia nesta quarta-feira (18)	NT	link
20 GP	16/06/15	Dois entre 10 municípios do Paraná ainda não fizeram planos de educação	NT	link
21 GP	17/06/15	Texto da "igualdade de gênero" deve ser rejeitado por 47 a 6 e vai ser...	BL	link
22 GP	17/06/15	Ao invés de debater educação, Assembleia discute apenas gênero	BL	link
23 GP	17/06/15	Paraná ainda não votou plano estadual de educação	NT	link
24 GP	18/06/15	"Ideologia de gênero" será desastrosa para crianças, diz CNBB	NT	link
25 GP	20/06/15	Para educadores, termo "gênero" desvia atenção do Plano Estadual de...	NT	link

26 GP	20/06/15	Debate de gênero foi distorcido	NT	link
27 GP	20/06/15	Governo estadual tenta aprovar reajuste do funcionalismo	NT	link
28 GP	21/06/15	Educação e teoria de gênero	ED	link
29 GP	21/06/15	Bispo pede que católicos pressionem vereadores contra "ideologia de gên...	NT	link
30 GP	22/06/15	Para OAB, Legislativo distorce conceito de gênero nos planos de educação	NT	link
31 GP	22/06/15	Manifestações marcam discussão do Plano Municipal de Educação na...	NT	link
32 GP	22/06/15	Deputados restringem investimento em educação no Paraná	NT	link
33 GP	22/06/15	Educadores lamentam distorções feitas no Legislativo	NT	link
34 GP	23/06/15	Ponta Grossa: Câmara retira termos como 'gênero' e 'diversidade' do PME	NT	link
35 GP	23/06/15	Não estão fazendo gênero - a diversidade na educação	AR	link
36 GP	23/06/15	Nem metade dos estados aprovaram seus planos de educação	NT	link
37 GP	23/06/15	Vídeos proibidos na Assembleia Legislativa	NT	link
38 GP	27/06/15	Crianças fazem caminhada em prol da família	NT	link
39 GP	08/07/15	Governo quer antecipar currículo nacional de ensino, diz ministro	NT	link
40 GP	11/08/15	Plano de educação de SP é aprovado em 1ª votação sem questões de gênero	NT	link
41 GP	11/08/15	Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à...	NT	link
42 GP	25/08/15	Plano de educação de SP é aprovado na Câmara sem menções a DS	NT	link
43 GP	26/08/15	Haddad não vetará Plano de Educação pela ausência da questão de gênero	NT	link
44 GP	09/09/15	Grupo protesta em SP contra seminário sobre identidade de gênero	NT	link
45 GP	10/09/15	MEC cria comitê de gênero para acompanhar políticas da área	NT	link
46 GP	11/09/15	Conselho orienta Estados e municípios a incluir 'gênero' nos planos de...	NT	link
47 GP	14/09/15	Deputado paranaense elimina frase sobre 'igualdade de gênero'...	BL	link
48 GP	15/09/15	ONGs alertam ONU sobre impacto do ajuste fiscal na educação	NT	link
49 GP	17/09/15	Aluna cobra Haddad sobre debate de 'gênero' nas escolas	NT	link
50 GP	05/10/15	Lugar de mulher é onde mesmo?	BL	link
51 GP	20/10/15	ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil em relatório	NT	link
52 GP	20/10/15	Deputados paranaenses apresentam projeto contra "doutrinação" nas escolas	BL	link
53 GP	03/11/15	Como seria a educação brasileira na visão (...) da bancada conservadora?	BL	link
54 GP	09/06/16	A Índia é aqui	AR	link

Legenda tipo de produção: NT: notícia; AR: artigo; ED: editorial; BL: blog; CL: coluna; EN: entrevista.

Fonte: SOUZA, 2017.